



Eleição coloca em disputa 54 vagas para o Senado

Em 3 de outubro, o país deve escolher dois terços da composição da Casa, para mandatos de oito anos. Os senadores eleitos tomarão posse em 1º de fevereiro

Dos 81 senadores, 54 são candidatos nas próximas eleições gerais, a presidente da República, governador, deputado federal, deputado estadual ou à reeleição ao Senado; 31 tentarão permanecer na Casa e 13 concorrerão a outros cargos. Dez parlamentares que deixam o Senado em janeiro de 2011 não se candidataram a nenhum cargo eletivo. **3**

Plenário: na atual composição das bancadas, o PMDB tem maior número, com 17 senadores, seguido do PSDB, com 16

Congresso entra hoje em recesso e retoma suas atividades em 2 de agosto **3**

Acordo para votação de novas regras sobre trabalho rural pode sair logo **4**



Estatuto da Igualdade Racial será sancionado hoje, anuncia Paim

O senador lembrou a luta para a aprovação do projeto, que prevê adoção de medidas, programas e políticas afirmativas. **2**

A discriminação "dói muito e atinge a alma", afirma Paulo Paim, autor do projeto



Há 25 anos, América do Sul vivia a maior onda de democratização desde a 2ª Guerra, diz Sarney

Sarney participa das celebrações dos 25 anos da redemocratização uruguaia

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, em Montevidéu, das comemorações dos 25 anos da redemocratização do Uruguai. Em seu discurso, ele salientou que coube a Julio María Sanguinetti [que seria eleito presidente] o papel decisivo nas conversações com as Forças Armadas

do país e afirmou que "a transição é a mais difícil de todas as etapas políticas para se administrar".

– Tenho profundo orgulho do papel que tivemos, Raúl Alfonsín [que presidiu a Argentina], Julio Sanguinetti e eu, no encaminhamento da democratização – disse. **2**



Ônibus para transporte de estudantes pode ficar isento do IPI

Proposta que será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos beneficia prefeituras, cooperativas e motoristas autônomos. **4**

Alvaro Dias é autor do projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Educação

Presidente do Senado foi a Montevideu para as celebrações do 25º aniversário da redemocratização do Uruguai e destacou os avanços da integração regional

Sarney relembra a volta da democracia à América do Sul

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem em Montevideu das comemorações dos 25 anos de redemocratização do Uruguai. Em seu discurso, durante solenidade no Palácio Legislativo, Sarney disse que estar ali tinha o "especial significado simbólico de abrir as janelas do tempo, pensar em nossos temores, em nossos avanços, na realidade de que hoje vivemos em um mundo melhor e sentir que cada um de nós pôs uma pedra nesse edifício".

Sarney lembrou que coube a Julio Maria Sanguinetti o papel decisivo nas conversações com as Forças Armadas que tornaram possível a restauração da democracia no país vizinho. Observou que há 25 anos a América do Sul vivia a maior onda de democratização desde a 2ª Guerra Mundial. Entre 1979 e 1982, Peru, Equador e Bolívia tiveram a democracia restaurada. Em 1983, Raúl Alfonsín assumiu o governo da Argentina. Em 1985, Sanguinetti chegou ao poder no Uruguai e ele próprio tomava posse como presidente do Brasil.

– Tenho profundo orgulho do papel que tivemos, Raúl



Sarney: Mercosul é "resultado extraordinário que não pode ser desprezado"

Alfonsín, Julio Sanguinetti e eu, no encaminhamento, sem sustos nem sobressaltos, desses processos de democratização. A história e o segredo guardam o que fizemos e o que ajudamos a fazer – disse.

Sarney salientou que "a transição é a mais difícil de todas as etapas políticas para se administrar, obra de grande sabedoria e complexidade".

O presidente do Senado também destacou o trabalho de integração regional levado a cabo

logo após a redemocratização, que culminou com a criação do Mercado Comum do Sul.

– Com o Mercosul, houve grande expansão do comércio entre nossos países, que era da ordem de 2 bilhões de dólares em 1985 e passou a mais de 40 bilhões em 2008. É um resultado extraordinário que não pode ser desprezado e que já está incorporado a nossas relações. Sei que o Mercosul é irreversível, é um caminho sem retorno – enfatizou.

Márcia Kallme/Senado Federal

Cristovam enumera razões que o fizeram candidatar-se à reeleição

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) citou as razões que o motivaram a candidatar-se à reeleição para o Senado, entre elas a possibilidade de trabalhar em prol de uma causa; lutar pela aprovação dos projetos já apresentados; posicionar-se a respeito dos novos temas que surgirão com a posse do novo presidente da República e dos governadores; representar a população do Distrito Federal; além do prazer de disputar eleições.

– Às vezes muitos de nós, sobretudo nos últimos anos de desprestígio da atividade política, nos perguntamos por que tanto esforço para tentar atrair o eleitorado, que também está descrente. Por que tanto esforço para tentar convencer a votar no nome de cada um de nós? Para mim, a razão mais importante é que não temos o direito de nos aposentar – afirmou.

Na sua avaliação, um senador não tem o direito de aposentar-se enquanto o Brasil continuar enfrentando as dificuldades atuais. Ele afirmou que poderia ter uma vida muito mais cômoda, com tempo para dedicar à família, e até recebendo uma maior remuneração, se desistisse do Senado. Mas observou que seria frustrante para ele não se candidatar e, ao ler os jornais,



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cristovam: luta por projetos já apresentados deve ter continuidade

deter-se sobre determinado tema e imaginar que poderia estar lutando para enfrentar aquele problema.

O senador acrescentou que uma eventual derrota na disputa pela reeleição o deixará com a cabeça erguida, já que lutou para convencer a população a apoiar suas ideias, mesmo que ela venha a preferir outro candidato.

– Eu tenho cem projetos em andamento. Que direito a gente tem agora de dizer: "Deixa para lá esses cem projetos. Que algum outro senador os rerepresente", ou até mesmo que continuem tramitando, mas sem o ânimo, sem o cuidado, sem a preocupação do dia a dia, como tem o próprio autor – explica Cristovam.

Estatuto da Igualdade Racial será sancionado hoje

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve sancionar hoje o Estatuto da Igualdade Racial. Paim agradeceu a ajuda recebida de vários movimentos sociais que colaboraram com sugestões para a proposta, que ele apresentou em 2003 no Senado. Em discurso ontem, lembrou a luta pela aprovação do projeto (PLS 213/03), dizendo que foram anos "de sangue, suor e lágrimas". Ao comemorar a sanção, afirmou que não são as palavras nem as ações de discriminação que causam a maior dor a quem é discriminado, mas a discriminação "sentida no olhar".

– É algo, eu diria, inexplicável. Mas dói, e dói muito. Chega a atravessar o nosso peito, cutuca o nosso coração e atinge a alma – disse o senador.

Paim lamentou que após anos de debate, o Estatuto da Igualdade Racial tenha sido aprovado sem grande parte das reivindicações que ele acreditava pudessem ser contempladas. Reconheceu, no entanto, que o texto já é um avanço.

– É um passo à frente; é uma conquista. Possui uma representatividade jurídica, histórica, legal e moral – assinalou.

Paim lembrou que a Abolição da Escravatura não instituiu políticas públicas para os negros, mas que essa parcela da população, "com resistência e luta, alcançou o estatuto". Ele disse que o Estado brasileiro abre os olhos e começa a encarar a dura realidade do processo de exclusão vivenciado pelos descendentes de escravos.

– O Estatuto da Igualdade Racial não é o fim e nem é o



Paulo Paim afirma que estatuto tem "representatividade moral"

começo. Ele faz parte de um novo patamar de formulação das políticas públicas no nosso país.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Estatuto da Igualdade Racial

Aprovada pelo Senado em 16 de junho, a nova lei deve ser sancionada hoje pelo presidente da República

- São **considerados negros** para efeitos do estatuto aqueles que se autodeclararam pretos e pardos, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Prevê adoção de medidas, programas e políticas de **ação afirmativa**.
- O objetivo dessas políticas é **reparar** as distorções discriminatórias adotadas durante o processo de formação social do país.
- Será obrigatório o estudo da história da África e da **história da população negra** no Brasil nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.
- É criado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (**Sinapir**).
- Prevê benefícios específicos para o atendimento à saúde nas **comunidades quilombolas**, às quais é assegurada a preservação de costumes, tradições e manifestações religiosas, sob a proteção do Estado.
- A **capoeira** é valorizada e reconhecida como esporte de criação nacional.



Foto: Stock/XCHING

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida por Cristovam Buarque • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Congresso Nacional retoma atividades em 2 de agosto

O Senado Federal entra em recesso a partir de hoje e retomará suas atividades no dia 2 de agosto. Durante esse período, a comissão representativa, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), responderá pelas eventuais demandas ao Congresso que possam ocorrer. O vice-presidente da comissão, integrada por sete senadores e 17 deputados (com igual número de suplentes), será o deputado Marco Maia (PT-RS).

Além de Sarney, integram a comissão como titulares os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), João Ribeiro (PR-TO), Renan Calheiros (PMDB-AL), Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Como suplentes, foram escolhidos Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Azeredo (PDSB-MG) e Gim Argello (PTB-DF).

A Constituição determina

que os trabalhos do Congresso transcorram no período de 2 de fevereiro a 17 de julho, e de 1º de agosto a 22 de dezembro. O final do semestre foi transferido para esta segunda-feira, porque 17 de julho caiu no último sábado. Da mesma forma, como a data de retorno caiu no domingo, os trabalhos do Congresso só serão retomados no dia 2 de agosto.

No recesso, o Congresso poderá ser convocado de forma extraordinária em caso de urgência ou interesse público relevante, como prevê a Constituição. Isso pode ser feito pelo presidente da República, pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou por meio de requerimento da maioria dos parlamentares de ambas as Casas. Na convocação extraordinária, o Congresso somente deliberará sobre a matéria que a suscitou. Se isso ocorrer, os parlamentares não receberão pagamento de parcela indenizatória, conforme determina a Constituição.

Plenário pode votar gratuidade para mandado de segurança

O Plenário poderá votar, a partir de agosto, proposta de emenda à Constituição que garante a gratuidade das ações de mandado de segurança e de injunção. Segundo o ex-senador José Maranhão (PMDB-PB), autor do texto (PEC 84/07), a gratuidade se justifica pelo fato de essas ações visarem coibir abusos praticados pelo Estado contra o cidadão.

O mandado de segurança protege direito líquido e certo afrontado por autoridade pública por meio de ato ilegal, abusivo ou arbitrário. O de injunção objetiva garantir os direitos constitucionais do cidadão, na ausência de normas que os regulamentem.

Na justificativa, Maranhão lembra que a Constituição já garante a gratuidade ao *habeas corpus* e ao *habeas data*. O mesmo, afirma, não ocorreu

em relação ao mandado de segurança e ao de injunção "por descuido do legislador constitucional originário".

A PEC 84/07 foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu voto favorável do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Inácio Arruda deu parecer favorável à PEC na Comissão de Justiça

Saída para fone de ouvido pode ser obrigatório em rádio e TV

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) poderá votar ainda este ano projeto que determina que os fabricantes de aparelhos de rádio e de televisão adaptem a saída de áudio de pelo menos 30% dos equipamentos para que sejam compatíveis com fones de ouvido.

Conforme o projeto (PLC 78/09), o fone deverá possuir ajuste independente de volume, criando alternativas para pessoas que possuem dificuldades de audição. O projeto pretende estimular o acesso dessa parcela da sociedade à informação e oferecer mais comodidade na utilização do rádio e da TV.

A proposta, que inclui artigo

na Lei 10.098/00, está pronta para ser incluída na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. O parecer do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), é pela aprovação do texto.



Parecer do relator, Cícero Lucena, está pronto para ser votado na CCT

Dos 54 senadores em fim de mandato, 31 buscam a reeleição em 3 de outubro, 13 pleiteiam outras funções e dez decidiram não se candidatar a nenhum cargo



Plenário do Senado: 14 partidos estão representados; os maiores são PMDB e PSDB, com 17 e 16 senadores respectivamente

Dois terços das vagas do Senado estão em disputa

ESTARÃO EM DISPUTA nas eleições de 3 de outubro dois terços das vagas do Senado, sendo que 27 senadores terão mais quatro anos de mandato porque foram eleitos em 2006. Desses, alguns disputarão outros cargos eletivos. Dos outros 54 senadores, 31 vão concorrer à reeleição – um deles como suplente –, 13 disputarão outros cargos e dez não participarão do pleito.

Entre os que estão terminando seus mandatos, devem concorrer a outros cargos os seguintes senadores: Almeida Lima (PMDB-SE), Adelmir Santana (DEM-DF), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Leomar Quintanilha (PMDB-

TO) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) tentarão vaga na Câmara dos Deputados; Aloizio Mercadante (PT-SP), Hélio Costa (PMDB-MG); Ideli Salvatti (PT-SC) e Osmar Dias (PDT-PR) disputarão o governo de seus estados; Flávio Arns (PSDB-PR) é candidato a vice-governador do Paraná; Marina Silva (PV-AC) é candidata a presidente da República; Patrícia Saboya (PDT-CE) e José Nery (PSOL-PA) são candidatos a deputados estaduais.

Não disputarão a reeleição e não tentarão outros cargos os senadores Augusto Botelho (PT-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gerson Camata

(PMDB-ES), João Tenório (PSDB-AL), Mauro Fecury (PMDB-MA), Neuto De Conto (PMDB-SC), Regis Fichtner (PMDB-RJ), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Serys Silhessarenko (PT-MT) e Valter Pereira (PMDB-MS). Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) vai compor, como suplente, a chapa de seu partido que disputará uma das vagas pela Bahia no Senado.

Atualmente o Senado tem 14 partidos representados. São 17 senadores do PMDB; 16 do PSDB; 13 do DEM; nove do PT; sete do PTB; seis do PDT; quatro do PR; dois do PSB; dois do PRB; já PCdoB, PP, PSC, PSOL e PV têm um senador cada um.

Senadores candidatos

	A REELEIÇÃO	A OUTROS CARGOS	NÃO DISPUTARÃO CARGOS
AC	–	Tião Viana (PT)*, governador do AC Marina Silva (PV), presidente da República	Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
AL	Renan Calheiros (PMDB)	Fernando Collor (PTB)*, governador de AL	João Tenório (PSDB)
AM	Arthur Virgílio (PSDB) Jefferson Praia (PDT)	Alfredo Nascimento (PR)*, governador do AM	–
AP	Gilvam Borges (PMDB) Papaléo Paes (PSDB)	–	José Sarney (PMDB)*
BA	César Borges (PR) Antonio Carlos Júnior (DEM)**	–	João Durval (PDT)*
CE	Tasso Jereissati (PSDB)	Patrícia Saboya (PDT), deputada estadual	Inácio Arruda (PCdoB)*
DF	Cristovam Buarque (PDT)	Adelmir Santana (DEM), deputado federal	Gim Argello (PTB)*
ES	Magno Malta (PR)	Renato Casagrande (PSB)*, governador do ES	Gerson Camata (PMDB)
GO	Demostenes Torres (DEM) Lúcia Vânia (PSDB)	Marconi Perillo (PSDB)*, governador de GO	–
MA	Edison Lobão (PMDB)	–	Epitácio Cafeteira (PTB)* Mauro Fecury (PMDB)
MG	–	Eduardo Azeredo (PSDB), deputado federal Hélio Costa (PMDB), governador de MG	Eliseu Resende (DEM)*
MS	Delcídio Amaral (PT)	–	Marisa Serrano (PSDB)* Valter Pereira (PMDB)
MT	Jorge Yanai (DEM)	–	Jayme Campos (DEM)* Serys Silhessarenko (PT)
PA	Flexa Ribeiro (PSDB)	José Nery (PSOL), deputado estadual	Mário Couto (PSDB)*
PB	Efraim Moraes (DEM) Roberto Cavalcanti (PRB)	–	Cícero Lucena (PSDB)*
PE	Marco Maciel (DEM)	Jarbas Vasconcellos (PMDB)*, governador de PE Sérgio Guerra (PSDB), deputado federal	–
PI	Heráclito Fortes (DEM) Mão Santa (PSC)	João Vicente Claudino (PTB)*, governador do PI	–
PR	–	Osmar Dias (PDT), governador do PR Flávio Arns (PSDB), vice-governador do PR	Alvaro Dias (PSDB)*
RJ	Marcelo Crivella (PRB)	–	Francisco Dornelles (PP)* Regis Fichtner (PMDB)
RN	Garibaldi Alves Filho (PMDB) José Agripino Maia (DEM)	Rosalba Ciarlini (DEM)*, governadora do RN	–
RS	Paulo Paim (PT)	–	Pedro Simon (PMDB)* Sérgio Zambiasi (PTB)
RO	Fátima Cleide (PT) Valdir Raupp (PMDB)	–	Acir Gurgacz (PDT)*
RR	Romero Jucá (PMDB)	–	Mozarildo Cavalcanti (PTB)* Augusto Botelho (PT)
SC	–	Raimundo Colombo (DEM)*, governador de SC Ideli Salvatti (PT), governadora de SC	Neuto De Conto (PMDB)
SE	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Almeida Lima (PMDB), deputado federal	Maria do Carmo (DEM)*
SP	Romeu Tuma (PTB)	Eduardo Suplicy (PT)*, vice-governador de SP Aloizio Mercadante (PT), governador de SP	–
TO	João Ribeiro (PR)	Leomar Quintanilha (PMDB), deputado federal	Kátia Abreu (DEM)*

* têm mandato até 2015; ** como suplente

Paim: Rio Grande do Sul acelera economia

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem no Plenário que, após enfrentar baixas taxas de crescimento econômico por anos seguidos, o Rio Grande do Sul apresenta um novo dinamismo no seu desenvolvimento, impulsionado pelos "bons ventos" da economia nacional.

— A atual retomada econômica do sul brasileiro não se deu por acaso. É preciso reconhecer a atuação do governo federal no processo de pavimentação dessa nova via de desenvolvimento — disse o senador.

Baseado em estudo do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, Paim avaliou os acertos da atual política macroeconômica, que manteve a combinação de metas inflacionárias, câmbio flutuante e equilíbrio fiscal adotada pelo governo anterior, angariando a confiança dos investidores estrangeiros. Após um período inicial de ajuste fiscal, o governo pôde incentivar o consumo no país, retirando cerca de 30 milhões de pessoas da miséria, que passaram a consumir, e aumentando a renda de quem vive de salários.

O senador petista enalteceu a opção de usar o aumento de gastos do setor público para evitar que o Brasil mergulhasse na "profunda recessão" verificada nos países desenvolvidos. Para isso, foi fundamental a atuação dos bancos estatais na sustentação da oferta de crédito (o saldo de operações cresceu 50% de setembro de 2008 a janeiro de 2010), enquanto os bancos privados encolhiam seus financiamentos (o saldo no período aumentou só 12% nos nacionais e 4% nos estrangeiros).

Paim garantiu ainda que, apesar desse aumento de gastos, o governo não avançou além de 2,1% do produto interno bruto (PIB), seguindo os índices recomendados "pela cartilha econômica mais prudente". Ele citou dados do estudo de Augustin, por exemplo, a dívida pública interna líquida em relação ao PIB, que deve cair de 51,3% em 2002 para cerca de 37% neste ano, segundo projeção do Ministério da Fazenda.

Paim lembrou ainda os 50 anos da Igreja Memorial Batista de Brasília, comemorados no dia 22.

Liderança do PT deve apresentar requerimento para que tramitem em conjunto projetos que alteram regras como jornada, folgas e pagamento de hora extra do trabalhador rural

Acordo sobre trabalho no campo pode sair em agosto

A LIDERANÇA DO PT quer reunir, para tramitação conjunta, dois projetos que alteram a legislação sobre o trabalho rural referente a pontos que preocupam as centrais sindicais do campo. Uma das propostas (PLS 458/09), de Gilberto Goellner (DEM-MT), define regras para jornada de trabalho, folgas e pagamento de horas extras. O segundo, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), institui o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06).

O objetivo da liderança do partido é levar o requerimento com o pedido de pensamento ao Plenário no primeiro esforço concentrado do período eleitoral, de 3 a 5 de agosto. A intenção é ganhar tempo e garantir um acordo satisfatório entre as centrais e apoiadores das propostas.

Pelo texto de Goellner, a jornada normal de oito horas diárias poderá ser estendida até 12 horas, por motivo de força maior ou causas acidentais. O projeto determina apenas que o valor da hora excedente "não será inferior" ao da hora normal. Jornadas estendidas poderão ser mantidas, desde que não excedam 12 horas, em período não superior a 60 dias por ano. O texto está sendo examinado

na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Em audiência pública, representantes do governo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fizeram reservas ao projeto, relatado pelo senador Jorge Yanai (DEM-MT), substituído de Goellner.

Na avaliação do relator, "o projeto vem regulamentar o trabalho no campo, buscando a eliminação de conflitos entre patrão e empregado".

Menos polêmico, o projeto de Valadares tangencia as relações

de trabalho apenas ao tratar da contratação por empreitada. Pelo texto (PLS 325/06), esse tipo de contrato será admitido somente para serviços eventuais, que demandem tempo inferior a um mês. Se a contratação ocorrer por períodos sucessivos, ficará configurado vínculo empregatício. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator é Jayme Campos (DEM-MT). O texto deverá seguir depois para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para decisão terminativa.



Objetivo é "eliminar conflitos entre patrão e empregado", diz Jorge Yanai



Valadares é autor do projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural

Projeto prevê bolsa de estudo para empregados

Os patrões de empresas com mais de cem contratados poderão ser obrigados a conceder bolsas de estudo para a formação técnico-profissional dos dependentes de seus empregados. É o que determina projeto (PLS 514/07) do sena-

dor Paulo Paim (PT-RS) que está pronto para entrar na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Modificação feita pelo relator na comissão, senador Gerson Camata (PMDB-ES), também assegura esse benefi-

cio aos próprios funcionários, incluindo os sem dependentes. Na opinião de Camata, a ampliação de oportunidades educacionais é um grande estímulo e assegura elevação da produtividade da empresa e do rendimento dos empregados.

Pelo texto, as bolsas terão valor correspondente ao do piso salarial da categoria do trabalhador ou dependente beneficiado e serão concedidas uma vez ao ano, na proporção de uma para cada grupo de cem empregados, atendendo prioritariamente os trabalhadores com menores remunerações. As empresas poderão deduzir do valor devido ao PIS-Pasep até 50% do gasto com as bolsas.



Comissão de Educação, que analisará proposta para concessão de bolsas

Contratação de ex-presidiários pode ganhar incentivo fiscal

Projeto de lei da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que cria incentivos fiscais para as empresas que contratarem pessoas egressas do sistema prisional já conta com apoio do relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Apresentado em março último, o projeto (PLS 70/10), com dois artigos, estabelece que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir, do impos-

to devido, o valor dos encargos sociais, como as contribuições previdenciária e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incidentes sobre a remuneração desses trabalhadores. Essa dedução só pode ser feita durante os dois primeiros anos da contratação.

A senadora defende a reinserção desses ex-presos no mercado de trabalho como forma de contornar graves problemas sociais e de segurança pública no



Marisa defende reinserção para reduzir violência e criminalidade

país. Depois da CAS, a Comissão de Assuntos Econômicos dará a decisão final sobre o projeto.



Gim Argello apresentou na CAE parecer favorável ao projeto

Ônibus escolar com isenção de IPI e PIS-Pasep

Projeto em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prevê que as prefeituras, cooperativas e motoristas autônomos poderão comprar ônibus destinados ao transporte de estudantes sem o pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições ao PIS-Pasep. O IPI dos ônibus chega a 25% do valor do bem.

O projeto (PLS 240/08), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), já foi aprovado pela Comissão de Educação (CE). A proposta prevê que, se nos primeiros cinco anos o ônibus for usado para transportar outros passageiros que não estudantes, o proprietário terá de recolher todos os impostos, com acréscimos. A mesma punição será aplicada se o dono retirar a pintura característica de veículos escolares.

A matéria recebeu parecer favorável do relator na CAE, senador Gim Argello (PTB-DF), que apresentou emenda para deixar claro que tanto o proprietário quanto o vendedor serão responsabilizados caso vendam o veículo sem autorização da Receita Federal, antes do quinto ano, ou mudem seu uso e suas cores características.

Ao justificar a isenção, Alvaro Dias pondera que a experiência mostra que aumenta o rendimento dos alunos quando o ensino é polarizado em escolas maiores, em vez de se manter pequenas escolas em pontos isolados, especialmente na área rural. Assim, afirma o senador, o transporte escolar é fundamental não apenas para o conforto e a segurança dos estudantes, mas também para o seu rendimento.

Esse é o segundo projeto sobre isenção de tributos para ônibus escolares que o Senado examina no último ano. Em agosto, os senadores aprovaram projeto (PLS 20/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que foi enviado ao exame da Câmara dos Deputados. A proposta de Cristovam, no entanto, só prevê isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, enquanto o PLS 240/08 inclui o PIS-Pasep.